

# **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

## **PROJETO DE LEI Nº 2.449, DE 2003**

Acrescenta os art. 79-A e 257-A à Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

**Autor:** Deputado ROGÉRIO SILVA

**Relatora:** Deputada LAURA CARNEIRO

### **I - RELATÓRIO**

Pretende-se com esse projeto exigir que se preste informações ao consumidor sobre as possíveis consequências da prática, por longos períodos, de videogames e sobre a presença neles de cenas de violência.

Além disso, inclui no Estatuto da Criança e do Adolescente infração e pena administrativa para quem produzir ou comercializar videogames em desobediência a essa exigência.

O projeto foi distribuído às Comissões de Economia, Indústria e Comércio; Comissão de Seguridade Social e Família e Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Na primeira Comissão foi apresentado pelo Relator substitutivo para que a lei entre em vigor cento e oitenta dias após a sua aprovação. Ambas as comissões de mérito aprovaram o projeto na forma do substitutivo apresentado na primeira. Dessa forma, a essa Comissão cabe discutir e votar sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, nos termos do art. 54, inciso “a” do Regimento Interno.

## II - VOTO DA RELATORA

O presente projeto está relacionada a dois microssistemas de proteção: o primeiro do consumidor e o segundo da criança e do adolescente.

A defesa do Consumidor ampara-se no art. 5.º, inciso XXXII, da Constituição:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

Enquanto a defesa da criança e do adolescente ampara-se no art. 227, da Carta Magna.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Ante os fundamentos constitucionais apresentados, conclui-se pela constitucionalidade do projeto.

Conforme os dispositivos mencionados, o direito à segurança é garantido a todos. Realçando que, nos termos da lei, o Estado promoverá a defesa do consumidor. Destacam-se o direito à proteção da saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos e nocivos; a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços; a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, bem como sobre os riscos que apresentem. Dessa forma, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor obriga o fornecedor, entre eles o importador, a prestar informações em língua portuguesa:

Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

De fato, o projeto destina-se ao consumidor criança ou adolescente, de forma que se mostra mais específico tratar dessa proteção no estatuto da criança e do adolescente. Trata-se, na realidade, de tornar explícita uma obrigação existente. Da leitura do Código de Defesa do Consumidor pode-se extrair esta obrigação. No entanto, com esse projeto procura-se tornar mais específica a norma, além de prever infração e pena também específica. Há, portanto, coerência no sistema, da qual resulta a juridicidade do projeto.

Reparo, no entanto, deve sofrer a técnica legislativa em razão da Lei Complementar 95/1998: o artigo primeiro deve indicar o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação; a denominação do parágrafo único e as referências a números e percentuais devem ser por extenso.

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade e juridicidade do projeto de Lei 2.449, de 2003 e do Substitutivo da Comissão de Economia, Indústria e Comércio, e com as emendas que apresento, pela adequada técnica legislativa de ambos. No mérito, voto pela aprovação do PL 2.449, de 2003, na forma do Substitutivo.

Sala da Comissão, em        de        de 2006.

Deputada **LAURA CARNEIRO**

Relatora

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

### **PROJETO DE LEI Nº 2.449, DE 2003**

Acrescenta os art. 79-A e 257-A à Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

### **EMENDA Nº1**

Acrescente-se ao Substitutivo da Comissão de Economia, Indústria e Comércio o seguinte artigo, renumerando os demais:

"Art. 1.º. Esta lei obriga a produtores e comerciantes de videojogos para criança e adolescente a apresentar as informações que especifica".

Sala da Comissão, em                      de                      de 2006.

Deputada **LAURA CARNEIRO**  
Relatora

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

### PROJETO DE LEI Nº 2.449, DE 2003

Acrescenta os art. 79-A e 257-A à Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

#### EMENDA Nº2

Dê-se à parte final do projeto, referente à alteração do art. 257-A, a seguinte redação:

“Art. 257-A. Produzir ou comercializar videojogos em desobediência ao disposto no art. 79-A desta lei:

Pena – Apreensão dos jogos em situação irregular e multa de vinte a cem salários de referência; na reincidência, a autoridade poderá determinar o fechamento do estabelecimento por até trinta dias.”

Sala da Comissão, em                      de                      de 2006.

Deputada **LAURA CARNEIRO**  
Relatora

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

### PROJETO DE LEI Nº 2.449, DE 2003

Acrescenta os art. 79-A e 257-A à Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

### EMENDA Nº3

Dê-se ao artigo 3.º do Substitutivo, a seguinte redação:

“Art. 3.º. Esta lei entra em vigor cento e oitenta dias após a sua publicação.”

Sala da Comissão, em            de            de 2006.

Deputada **LAURA CARNEIRO**  
Relatora